

Pactuingá

ANO IV - Nº 41 - Maio/2000

f-**tec**/PR **CUT** Brasil
CNB - Sindicato Nacional

Jornal dos Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand, Guarapuava e do Sindicato dos Trabalhadores no Sistema Financeiro de Maringá e Região

Prefeitos de São Paulo, Londrina e Ponta Grossa roubam o dinheiro público

Para onde se olha há suspeitas crescendo. No ninho da corrupção não estão apenas parlamentares, juizes, policiais e fiscais. Prefeitos de cidadezinhas do interior e de grandes centros estão envolvidos até o pescoço em atividades suspeitas. É o caso de Celso Pitta, em São Paulo, de Jocelito Canto, em Ponta Grossa e de Antônio Belinati, em Londrina. Esse último com um outro agravante: a suspeita de participação da vice-governadora Emília Belinati. A cada dia as muitas CPIs em andamento revelam um fato novo, numa trama de escândalos que deixa os brasileiros perplexos. **Páginas 4 e 5**

● CEF terceiriza, BB discrimina PLR e greve no HSBC evita perdas de direitos
—— **Páginas 2 e 3**

● Sindicato de Maringá tem medo das propostas da CUT
—— **Página 3**

● A arrogância do governo FHC contra os trabalhadores
—— **Página 6**

● Deputados do PACTUINGÁ votam com FHC no salário mínimo de R\$ 151,00
—— **Página 7**

● *Banqueiro rouba, não apanha e não vai preso. Trabalhadores são espancados por quererem terra para produzir*

—— **Página 8**



Pitta

Belinati

Emília Belinati

Jocelito
(Ponta Grossa)

PLR do BB é discriminatória

Aconteceu o que a Comissão de Empresa denunciou: o PLR do Banco do Brasil é inviável e discrimina a maioria dos funcionários. Antes do Banco rodar o sistema, a Comissão havia solicitado para que o pagamento fosse feito a todos os funcionários, sem discriminação. Mas a política da empresa continua discriminatória.

A PLR, do jeito que está, deixará mais da metade das agências de fora do programa – já que não atingiram os patamares exigidos pelo banco.

Ações na Justiça

Várias Procuradorias do Trabalho nos Estados estão ingressando com ações contra o BB. O motivo são os contratos individuais de trabalho e o Banco de Horas. O entendimento dos procuradores é que o Banco age ilegalmente ao tentar implementar acordos unilaterais.

A Comissão de Empresa avisa que o funcionalismo deve ficar atento e guardar comprovantes da ilegalidade praticada para, quando necessário, ingressar com ações cobrando os seus direitos.



Alcione: "A solução é política"

Os sindicatos de bancários do PACTUINGÁ também estão preparando ações contra a retirada do anuênio. A retirada da dessa conquista é mais uma arbitrariedade do Banco, já que não houve acordo coletivo prevendo o fim da cláusula. É bom lembrar ainda que o BB está sendo denunciado pela CUT à Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A denúncia versa sobre os crimes que a

empresa vem praticando contra a organização do trabalho, contra os contratos individuais de trabalho, o Banco de Horas e o desrespeito à negociação coletiva.

Para Alcione Cristiano Macedo, diretor do PACTUINGÁ, o movimento sindical previa esse tratamento que FHC vem dispensando aos bancos públicos. Previa-se também essa estagnação econômica do país e o que levaria o medo aos trabalhadores de se mobilizar. Ainda para Macedo, a mobilização também pode ser votando e orientando os amigos a votarem em candidatos com compromissos populares.

Campanha no Bradesco

A Comissão dos Empregados do Bradesco, reunida no final de abril, definiu estratégia e calendário para as negociações específicas na campanha salarial de 2000. Para maio e junho, estão programadas manifestações nas principais agências e reuniões nos locais de trabalho para debater principalmente os temas relacionados a saúde, auxílio-educação e tarifas bancárias.

Nota sobre eleição da AB

Mais uma vez, a eleição da Associação Banestado foi cercada por uma série de irregularidades e por atitudes antidemocráticas, que determinaram o resultado da votação e a derrota da Chapa "De A a Z, Um Futuro Melhor para a AB".

O primeiro ponto a ser questionado é o número de pessoas que integraram a Comissão Eleitoral, que deveria ser três, segundo o estatuto da entidade, e teve seis pessoas. A funcionária conselheira só pode indicar um integrante.

Além disso, o processo foi marcado pelo cerceamento da liberdade de expressão da funcionária conselheira Zinara de Andrade e da conselheira eleita Marisa Stédile e, por outro lado, alguns setores do Banco, como a SUREG de Londrina, exerceram forte pressão sobre seus subordinados, fato que foi denunciado à Comissão Eleitoral, sem nenhuma providência.

O uso da estrutura da empresa, durante a campanha, foi evidenciado em várias ocasiões. Sem contar a origem obscura do dinheiro gasto pela chapa "vencedora" – inclusive com a confecção de jornal onde tratou de forma equivocada o assunto sobre o Plano de Saúde. O transporte de aposentados e pensionistas durante a eleição e outros pontos colocam sob questionamento a legitimidade da representação da chapa "vitoriosa", bem como os métodos utilizados por eles e seus aliados.

Os sindicatos do PACTU lamentam o ocorrido e agradecem a todos os banestadenses que acreditaram nas propostas da Chapa "De A a Z – Um Futuro Melhor para a AB".

CEF terceiriza gerentes e caixas

O que até então era considerado apenas um boato – a terceirização também do quadro gerencial da Caixa – está virando realidade. O lançamento do edital para o Concurso de Técnico Bancário Superior (o popular "trainee"), não deixa mais dúvidas a ninguém, sobre os verdadeiros objetivos da empresa em relação aos gerentes.

O diretor de Recursos Humanos, Fernando Carneiro, justifica a contratação de gerentes "trainees" como medida necessária para a modernização da Caixa.

O que ele não disse foi que normalmente os programas de treinamento incluem apenas recém-formados, recrutados ainda nas universidades e que são contratados apenas por um período determinado. Não é o caso da Caixa, onde foi inclusive criado um cargo no quadro permanente, e onde a admissão será definitiva. É óbvio, por tanto, que a empresa tem um interesse muito grande nesses novos contratados.

Como é óbvio também que eles representam sim uma ameaça aos atuais gerentes.

O interesse da Caixa é tanto que, durante seis meses os "trainees" ficarão apenas em treinamento, quando terão a oportunidade de conhecer todos os setores da Caixa.

Vale lembrar ainda que a maioria dos gerentes nunca teve oportunidades parecidas nem antes nem depois de assumir suas funções, tendo que construir suas carreiras no dia-a-dia do trabalho. É justamente esse tratamento diferenciado em relação aos "trainees" que está sendo cobrado da direção da Caixa. Por isso, a empresa está sendo cobrada a dar as mesmas oportunidades aos atuais gerentes, de se aperfeiçoarem ainda mais.

Também reivindicam que o Banco ofereça ao quadro de empregados, onde 80% possuem curso superior e tem uma história de dedicação à Caixa, vantagens semelhantes às dos "trainees" para a obtenção de funções gerenciais.

"BACK-OFFICE"

OU FIM DOS CAIXAS?



Outra medida que terceiriza as atividades fins da Caixa, é o projeto "Back-Office" onde um bancário da Caixa vai cuidar de meia dúzia de caixas

terceirizados. Geralmente, os terceirizados trabalham por um salário baixo e muitas vezes as empresas não pagam os encargos sociais, como o FGTS, INSS, férias e décimo terceiro salário.

Para Mirna Loi Labre (foto), diretora do PACTUINGÁ, "é um contrassenso um banco público como a Caixa ter um alto grau de terceirização. Nem os bancos privados se arriscam tanto na perda de qualidade na prestação de serviços". Ainda para Mirna, além das ações judiciais que os sindicatos estão preparando, é necessário que o funcionalismo da CEF, principalmente gerentes e caixas, não aceite essas medidas passivamente.

Pactuingá

Publicação dos Sindicatos dos Bancários do PACTU / Sindicato Regional dos Trabalhadores no Sistema Financeiro de Maringá e Região.

Conselho Editorial

Umarama/Assis Chateaubriand

Wilson de Souza

fone (0xx44) 622-1979

seebumu@tenixnet.com.br

Guarapuava

Elói Myska

fone (0xx42) 723-1371

e-mail: sebgva@almix.br.br

Maringá

Comissão Provisória

Sebastião A. Lopes da Silva (0xx44)

226-5520 - 9973-3108

ou Aldec R. Reis Car

(0xx44) 221-1900 - 223-4864

Tiragem: 4.000 exemplares

Paraná

Neil E. Júnior

fone (0xx44) 423-3402

e-mail: seebpvai@fornet.com.br

Campo Mourão

Nivaldo Simoni

fone (0xx44) 823-3492

e-mail: seebcmcut@start.com.br

Toledo

Valtair C. Apolinário

fone (0xx45) 252-1851

e-mail: sbtr@toledonet.com.br

Jornalista Joel Guedes

Impressão: Gráfica São Paulo (44) 622-4787

SEEB Maringá tem medo da concorrência

A atitude antidemocrática da direção do Sindicato dos Bancários de Maringá, que é filiado à Contec, obrigou a chapa de oposição a recorrer à Justiça para conquistar o direito de disputar a eleição na entidade, nos dias 1 e 2 de agosto próximo.

A atual diretoria se recusou a fazer a inscrição, alegando insuficiência na documentação. A chapa da oposição apresentou documentos de ¾ dos membros, com o compromisso de providenciar o restante da documentação em 48 horas, conforme prevê o estatuto da entidade. Mas nem assim foi feita a inscrição. A única saída foi recorrer à Justiça, onde já há liminar favorável à oposição.



Aydee Rodrigues Reiz Çar, candidata a presidente pela oposição.

Essa atitude da direção do Seeb Maringá, atropelando o próprio estatuto da entidade para evitar disputa, mostra claramente o medo dos atuais dirigentes da entidade na discussão das propostas da CNB/CUT com os bancários de Maringá.

Vale lembrar que a participação da chapa de oposição nessa eleição representa, aos bancários de Maringá, a oportunidade de optar por um sindicato que seja alinhado aos nossos tempos, como os sindicatos de São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Brasília, Londrina e os do PACTUINGÁ, entre outros, que há anos desfrutam dessa liberdade democrática de optar.

Os dirigentes do Seeb Maringá sabem que nas campanhas dos sindicatos cutistas, as mobilizações e manifestações são discutidas abertamente com as bases. Sabem também que nos pleitos sindicais do

PACTUINGÁ nunca houve esse tipo de resistência a inscrições de chapas concorrentes, as eleições são do conhecimento de todos e a distribuição das urnas é democrática.

Para a presidente da chapa de oposição, Aydee Rodrigues Reiz Çar, essa é a oportunidade dos bancários de Maringá optarem por um trabalho coordenado pela CNB/CUT, que não entrega conquistas de longos anos de luta dos bancários como fez a Contec nos últimos acordos feitos com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, prejudicando a categoria.

No Paraná, a atuação dos sindicatos da CNB/CUT tem resultado em boas campanhas, com grandes mobilizações e adesão da categoria. Para que os bancários de Maringá possam ter essa opção, a oposição espera que o Judiciário faça justiça, como vem fazendo até o momento.

PASS: AGORA É COM A DIRETORIA DO BANESTADO

Depois de alterar unilateralmente o plano de saúde dos funcionários e recusar-se a negociar com os sindicatos, o Banestado teve que amargar mais uma derrota, sendo obrigado, por liminar judicial, a rever o plano. O Banestado tentou, ainda, confundir o funcionalismo, atribuindo ao movimento sindical a responsabilidade pelos transtornos ocorridos com as mudanças do plano de saúde.

Apesar disso, foi realizada reunião no dia 17/05/2000 entre o FUNBEP, Banestado e FETEC/CUT/PR.

Na reunião, o movimento sindical apresentou a seguinte proposta ao Banestado: a) Constituição de uma comissão, com prazo de 90 dias, para apresentar novo plano aos funcionários; b) durante este período ficaria em vigor o plano existente até fevereiro/2000, com instituição provisória de fator moderador de 35%, limitado a R\$ 50,00, e fila para procedimentos ambulatoriais sem emergência. Com a palavra o Banestado.

Pressão faz HSBC recuar

PPR

Exclusão da exigência de meta para receita

Operacional

Exclusão de meta para Despesas Administrativas

Exclusão do item despesas Administrativas como meta a ser alcançada nas seguintes unidades: cartões, crédito imobiliário e unidades de matriz: o HSBC pode concordar em retirar as despesas com pessoal para a próxima versão do PPR.

Percentual do lucro líquido que irá compor o Fundo de Recursos a ser distribuído aos empregados não deve ter limitador de 20% das Despesas Fixas de Pessoal: o HSBC concordou em ampliar para 30% o limitador, o que significa, segundo o Banco, mais de 15 milhões para distribuir entre os funcionários, dependendo do atingimento de metas.

Garantia de pagamento proporcional aos empregados desligados no decorrer do programa:

aceita pagar proporcional para aquele funcionário que trabalhou no mínimo 3 meses no semestre. Terá que ser debatido na próxima quarta-feira, dia 03/05, com a empresa.

Garantia de participação dos sindicatos na próxima eleição da Comissão que define critérios do PPR e a estabilidade no emprego aos seus componentes: concorda em ampliar a divulgação do processo, como: data de eleição e prazo para inscrições de chapas.

Bolsa Educação: HSBC ampliou em R\$ 1 milhão os recursos para o benefício, centralizado no RH do Banco, para atender as unidades que não tinham planejado em seus orçamentos. Com isso, além das 200 bolsas já aprovadas, serão concedidas aproximadamente mais 500. Os critérios do "curso técnico bancário" feito pelo antigo Bamerindus, e "a restrição para o curso de direito somente para Curitiba" foram extintos. Para 2001 serão ampliadas mais 200 bolsas atingindo um total de 900, que era o total de 1998.

As manifestações realizadas pelo movimento sindical e pelos funcionários do HSBC, inclusive com grandes paralisações, como as que aconteceram no dia 12 de abril em Curitiba, com participação de dirigentes sindicais de todo o país, quando 12 agências foram fechadas durante o dia todo, conseguiram quebrar a intransigência da direção da empresa e obrigaram o HSBC melhorar sua proposta.

Seguro saúde: Será cobrado R\$ 14,50 por pessoa, limitado a 6% do salário, não podendo ultrapassar o valor de R\$ 78,50. Na questão do fator moderador de R\$ 6,00 por consulta, ficou estabelecido que a cobrança iniciará a partir da 4ª para quem é solteiro, da 6ª para casal sem filho e da 8ª para casal com filho. Além disso, para filho menor de um ano e gestantes foi concedido mais 3 consultas antes de aplicar o fator moderador. Tanto as despesas com o fator moderador e o percentual dos exames não poderão superar a R\$ 35,00 de desconto mensal do trabalhador.

Horas Extras: O Banco se compromete a iniciar campanha para acabar com o trabalho gratuito. Além disso, o sistema de computadores do Banco será desligado às 20 horas, para impedir o trabalho extraordinário. Se essa orientação não for cumprida o gerente poderá ser demitido.

Emprego: Quer discutir com o movimento sindical a possibilidade de contratar bancários com jornada menor e custo menor. Aceita discutir com isso, a possibilidade de manutenção no nível de emprego. **AB:** Garantiu que não reduzirá o repasse de recursos este ano.

NÃO CONCORDA:

Redução de 100% para 90% do patamar mínimo de meta a ser cumprido pelas unidades para tornar-se elegível ao PPR, porém aceitou que quem atingir acima de 95% terá alguma participação no programa; manter o critério anterior de pagamento do PPR e da PLR sem a agregação dos programas; rediscutir a distribuição das Cotas, elevando a quantidade para os cargos mais baixos; incluir metas para o Banco, tais como a manutenção e ampliação do nível de emprego, a redução de doenças ocupacionais, instalação de mecanismos de segurança e outros; custeio do uniforme e eliminação dos procedimentos administrativos geradores de pressão no ambiente de trabalho, alegando que não tem conhecimento de tais procedimentos, mas pediu sugestões de locais onde estejam acontecendo para investigações e providências.

CPI

Qual a sua importância?

Muitas vezes você já ouviu alguém falar, ou leu nos jornais, que a maioria das CPIs acaba em pizza, ora por causa da insuficiência de provas, ora por causa da morosidade da Justiça. Ou ainda pela forte influência e poder econômico da maioria dos acusados, que acabam livrando-os de uma punição severa. Isso não é mentira. O Brasil já nasceu sob o estigma da corrupção. Na Colônia e no Império as negociatas e a extração das riquezas naturais – como ouro e madeira – na base da exploração de índios e negros, beneficiavam a família real. Na República, de 1889 até os dias atuais a corrupção ganhou outras formas: está presente nas verbas desviadas, na forma de comprometimento do governo com o grande capital e, também, no

crime organizado. As maracutaias com o dinheiro público enriquecem muitos corruptos. Na história mais recente, nem a polícia e nem o Judiciário resistiram e também aderiram à onda da corrupção. Os anos 90 foram reveladores. Inúmeras Comissões Parlamentares de Inquéritos mostraram, por exemplo, as falcatruas de Collor de Mello e PC Farias, a ação criminosa dos “anões do Orçamento”, a nefasta troca de influências no Congresso, e o vergonhoso desvio de verbas públicas para contas particulares em paraísos fiscais. É certo que o desfe-

CPIs mostram que o Brasil está mergulhado na maior onda de corrupção de todos os tempos...

cho da maioria das CPIs não foi o que a maioria do povo esperava. Collor perdeu o mandato mas não devolveu um centavo aos cofres públicos. O mesmo ocorreu com os “anões” e a CPI dos Bancos, que descobri-

ram muito, mas ninguém foi punido pela Justiça. Para a oposição, se dos envolvidos poucos foram presos, mesmo assim por pouco tempo, e o dinheiro roubado não foi devolvido, as CPIs têm sido de grande valia, pois a maioria

dos corruptos dificilmente se reelegeu. Isso já é um grande lucro. Sem falar que as CPIs passam recibo naquilo que o povo brasileiro já sabia: no Brasil ainda só vão presos pobres, negros e prostitutas.



Nicéia, Pita, Maluf: criatura e criador acusados no maior esquema de corrupção já revelado na prefeitura de São Paulo

CPIs pipocam em todo o país



O deputado federal Padre Roque (PT) é um dos representantes da oposição na CPI Nacional do Narcotráfico

No Congresso Nacional, as atenções se voltam para as CPIs do Judiciário e do Narcotráfico. A primeira torna público a ação da quadrilha formada por juízes que tiram proveito da função para enriquecer ilicitamente. É o caso do juiz Nicolau,

que depois de ser investigado pela CPI ficou conhecido em todo o país por ter desviado 265 milhões de reais da construção do prédio do TRT de São Paulo, para contas particulares no exterior e compra de mansões e carros de luxo. Tem Também o juiz Daniel Ferreira Silva, do Amazonas, que facilitava a soltura de traficantes ou, ainda, o juiz Beethoven, de Jundiá, acusado de facilitar a

venda de crianças para o exterior. Já a CPI do Narcotráfico, em andamento há um ano, tem mostrado à população a extensão do crime organizado no país e o envolvimento de políticos, empresários e da própria polícia, até então impunes. Um exemplo foi a devassa que os deputados da CPI fizeram no Paraná, onde o diretor geral da Polícia Civil e até o secretário se seguiram foram acusados

– o primeiro de participar do narcotráfico e o outro de fazer vistas grossas. Depois que a CPI iniciou as investigações, muitos traficantes – entre eles vários empresários e policiais – já foram mandados para a cadeia. E muitos outros continuam sendo investigados. Tomara que a CPI vá até as últimas consequências e que esses criminosos paguem pelos crimes que cometeram...

Prefeitos e governadores roubando...

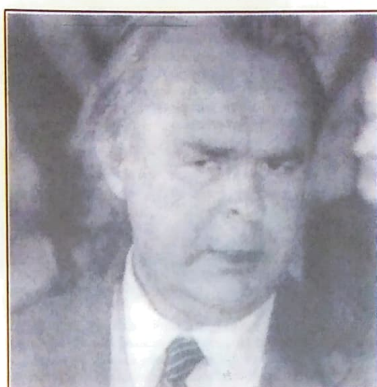
Tem que mudar!!!

O aumento da impunidade e o avanço da corrupção em todas as esferas de governo explica a popularização das Comissões Parlamentares de Inquérito em todo o Brasil.

Atualmente, a caça aos corruptos não é restrita apenas à esfera federal. Em alguns estados e inúmeros municípios, as descobertas são igualmente assombrosas. A começar pelo prefeito de São Paulo, Celso Pitta, que desde 1992 vem sendo acusado de uma série de falcatruas, que vão desde sonegação de imposto a desvios de milhões de reais do cofres da prefeitura. Mal começaram a aparecer denúncias, ficou-se sabendo que Pitta não era o único: seu antecessor e padrinho político Paulo Maluf também é acusado de superfaturar obras e embolsar dinheiro público.

No Paraná, várias CPIs também estão trabalhando. Na base do PACTUINGÁ, há alguns casos. Por exemplo, em Pérola e Altônia os prefeitos foram afastados recentemente

Candinho, ex-secretário de Segurança do Paraná: medo de depor na CPI do Narcotráfico



depois de divulgadas várias denúncias envolvendo corrupção na administração. Em Umuarama, na gestão passada, depois de muitas denúncias da oposição, foi criada na Câmara Municipal uma CPI para investigar suposto desvio de combustíveis. O vereador do PT, Osni Miguel Santana, disse que havia indícios fortes de irregularidades em função do consumo

ser incompatível com as atividades da Prefeitura e da Câmara de Vereadores. Mas, além de não permitir a participação da oposição nas investigações, o Legislativo acabou usando a CPI para atestar a idoneidade do prefeito. Já na atual Legislatura, foi criada recentemente a CPI das Drogas e, a exemplo da anterior, outra vez foi boicotada. Com uma

diferença: essa última nem mesmo iniciou qualquer investigação.

Em Ponta Grossa o prefeito Jocelito Canto (PSDB), é acusado de meter a mão no dinheiro público. E na Assembleia Legislativa estão em andamento cinco CPIs. A mais importante delas investiga o narcotráfico no Estado. As outras quatro se propõem a investigar o roubo de cargas, a adulteração dos combustíveis e sonegação de impostos, a máfia dos medicamentos e o cartel dos supermercados. Essas quatro CPIs, para a oposição, são "laranjas", com objetivo apenas de atrair a atenção das investigações do narcotráfico com suspeitas de envolvimento de assessores do atual governo.

Para a oposição, a queda do secretário de segurança e a manobra governista para impedir uma apuração mais detalhada mostram que o narcotráfico tem ligação com aparelhos do governo Jaime Lerner.



O mais importante é que, mesmo diante da possibilidade de muitos permanecerem impunes, as CPIs têm conseguido mostrar à população que a corrupção é grande e que a sujeira é real.

Pior ainda: que a maioria dos criminosos investigados se travestem de políticos, de policiais e até de juizes.

É verdade que toda essa sujeira reflete o caráter de governos corruptos e dos que estão à sua volta, numa união indecorosa do poder público com o poder econômico. Mas também é verdade que a principal arma ainda está nas mãos do povo. E pode começar a ser usada já nas próximas eleições para prefeito, este ano, e para deputado, senador, governador e presidente em 2002. Basta escolher candidatos sérios e que tenham propostas de governo popular e transparente.

Nas últimas eleições, os partidos da oposição conseguiram melhorar sua bancada no Congresso Nacional.

Mas não é o suficiente. Melhor seria se o eleitor ajudasse a mudar o atual quadro político do país, mandando para casa quem traiu sua confiança e ajudou o Brasil a mergulhar no lamaçal da corrupção onde está hoje.

Quem votou contra e quem foi a favor da CPI no Paraná

Mesmo sob a pressão de Lerner, que não quer que a sociedade conheça os desmandos no seu governo, principalmente na segurança pública, a CPI do Narcotráfico criada na Assembleia Legislativa, está caminhando. A Comissão tem recebido uma série de denúncias, principalmente as que se relacionam ao roubo de cargas, desmanches, lavagem de dinheiro e narcotráfico no Estado.

Na primeira visita da CPI Nacional do Narcotráfico ao Paraná, muita coisa foi revelada, policiais presos e outros afastados. Até o secretário de Segurança, que tinha total confiança de Lerner, caiu. Mas a oposição na Assembleia Legislativa acredita que ainda tem muita coisa para ser investigado. A CPI tem participação de três deputados da oposição, um deles Ângelo Vanhoni (PT). Na primeira tentativa de formação de CPI na Assembleia Legislativa do Paraná, a maioria dos deputados estaduais foram contra, confira abaixo.

A FAVOR

Ângelo Vanhoni, Edgar Bueno, Antônio Anibelli, Orlando Pessuti, Nereu Moura, Caíto Quintana, Ademir Bier, Péricles de Mello, Waldir Pugliesi, Hermes Fonseca, Edson Strapasson, Irineu Colombo, José Maria ferreira, Luiz Carlos Zuk, Beto Richa, Augustinho Zucchi, Neivo Beraldin.

CONTRA

Valdir Rossoni, Luiz Carlos Alborgheti, Ademar Traiano, Nelson Garcia, Divanir Braz Palma, Milton Púppio, Duílio Genari, Hélio Ruch, Edno Guimarães, Antônio Carlos Barater, Luiz Carlos Martins, César Silvestre, Luiz Accorsi, Pastor Edson Praczyk, Renato Gaúcho, Serafina Carrilho, Antônio Carlos Belinati, Luiz Fernandes da Silva Litro, Thiago Amorin, Geraldo Cartário, Durval Amaral, Ricardo Chab, Kleiton Kielse, Hermas Brandão, Carlos Simões, Basílio Zanusso.

Suspeitíssimos!!!



Emilia: acusada

Belinati: acusado

Lerner: beneficiário eleitoral

Os "Belinati" tentam esconder a sujeira

Jaime Lerner está de novo em maus lençóis. Não conseguiu segurar no cargo o ministro Greca, acusado de envolvimento com a máfia dos bingos, teve seu secretário de Segurança, Candinho, e o delegado geral da Polícia Civil, Noronha, acusados de participar do crime organizado e, agora, tem sua vice-governadora, Emilia Belinati, sob suspeita de participar de desvio de verbas na prefeitura de Londrina para contas particulares, junto com o marido e prefeito da cidade, Antônio Belinati, e o filho deputado estadual Antônio Carlos Belinati e duas filhas. O rombo pode chegar a R\$ 100 milhões.

O Ministério Público informou que a vice-governadora recebeu pelo menos quatro depósitos de recursos públicos que teriam sido

desviados dos cofres da prefeitura de Londrina. Já o filho dela é acusado de improbidade administrativa quando ocupava cargo na administração municipal. E o prefeito de Londrina é suspeito de desvio de dinheiro, improbidade e outros atos irregulares. Outra denúncia envolvendo Emilia é o desvio de verbas para sua campanha eleitoral, em 1998. Desvio esse que beneficiou automaticamente a Jaime Lerner. Isso explica a tática dos Belinati e de Lerner para impedir as investigações. E até já conseguiram evitar uma CPI na Câmara Municipal. Agora, com a interferência do Ministério Público, espera-se que as denúncias sejam apuradas e todos punidos com rigor. Inclusive Lerner, se comprovado que foi mesmo beneficiário eleitoral

Truculência marca a "festa" dos 500 anos

Índios e trabalhadores foram escorraçados pela segurança de FHC

A avaliar pelos cinco séculos de exploração e ataques violentos aos direitos sociais, a festa dos 500 anos preparada pelo governo FHC não poderia ser diferente.

Não bastasse o fiasco da nau capitânia brasileira, que não conseguiu navegar, o óba-óba montado em Porto Seguro para lembrar a chegada de Cabral ao Brasil acabou em repressão policial e festival de pancadaria: os índios, que apanham dos brancos desde o descobrimento, apanharam novamente nas comemorações dos 500 anos. Desta vez em companhia dos sem-terra e dos negros.



Manifestação de estudantes, trabalhadores e índios reprimida pela polícia durante a "festa" dos 500 anos do Brasil

Demissão de ministros e violência contra índios marcaram as comemorações

Por aí se vê que a violência, que foi o símbolo do Brasil nesses cinco séculos de dominação, é hoje a principal estratégia de FHC, que por um lado prega democracia

mas, na prática, usa a polícia para oprimir quem questiona o seu governo. O ex-presidente da Funai, Carlos Marés, que pediu demissão por não concordar com a violência praticada contra os manifestantes em Porto Seguro, tinha razão: a vi-

olência contra índios e brancos na "festa" do descobrimento resumiu o que foi o Brasil nesses 500 anos.

Mas é sempre bom lembrar que, apesar de tudo, fica como exemplo a resistência. Antes eram só os índios e os

negros. Hoje também são os sem-terra, sem-teto, os desempregados, partidos de oposição, a CUT, os sindicatos, as organizações não-governamentais pelos direitos sociais... Até a imprensa, que historicamente omite críticas ao governo, escancarou, inclusive no exterior, imagens e fotos da violenta ação na Bahia. O Ministério Público Federal também está abrindo inquérito para apurar as responsabilidades pela violência da polícia baiana.

FHC enquadrado

De acordo com a Federação Nacional dos Sociólogos do Brasil (FNSB), Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Cultura, Francisco Weffort violaram dois artigos de ética da categoria. Fato devidamente documentado no episódio das comemorações do 500 anos em Porto Seguro.

Considerados infratores, FHC e Weffort serão censurados e advertidos pela FNSB.

Com FHC é cada vez pior?



Cada vez mais, um número maior de trabalhadores está percebendo o quanto é nefasta a política econômica do governo FHC. Um exemplo são os caminhoneiros, que do ano passado até agora já realizaram duas greves, sem conseguir atendi-

mento às suas reivindicações.

Na primeira vez, no final de 99, a categoria paralisou atividades em todo o país. Queriam, entre outras condições para manter o trabalho, a redução dos preços dos pedágios e o

aumento nos preços dos fretes. FHC negociou e prometeu solução, mas não cumpriu sua palavra.

No início de maio, os caminhoneiros retomaram o movimento.

Dessa vez, o governo condicionou a negociação dos pontos reivindicados ao fim da paralisação.

Pior que isso: determinou à Polícia Rodoviária e à Polícia Federal que prendesse caminhoneiros que estivessem interrompendo o tráfego ou mesmo que estivessem parados

O pedágio abusivo criado por FHC foi o principal motivo da greve

os acostamentos. Outra vez FHC demonstrou não ter a mínima preocupação com os problemas que afligem os trabalhadores. A greve serviu para mostrar que um número cada vez maior de brasileiros já não suporta mais os efeitos da política neoliberal do atual governo. Mais ainda: que só a união dos trabalhadores e dos segmentos progressivos da sociedade pode evitar o aumento do caos provocado pela nefasta cumulatividade que há entre FHC, FMI e a agiotagem nacional e internacional.

A Nau(fragou)

FHC patrocinou um projeto que não conseguiu repetir em 2000 o que os portugueses fizeram em 1500. O governo federal e um grupo de empresas investiram R\$ 3,5 milhões na construção de uma réplica incrementada com motores e camarotes da nau usada por Pedro Álvares Cabral. O objetivo era fazer uma viagem entre Salvador e Santa Cruz Cabrália a tempo de participar da "festa" dos 500 anos. Um festival de defeitos fez com que a embarcação voltasse rebocada para o porto de origem. Mas não tem nada não. A nau perdeu as comemorações, mas vêm aí as festas juninas. Vai ter madeira de sobra para a fogueira.

Gurapuava

Banestado pode fechar por falta de segurança

Um dos municípios mais antigos do Estado, Inácio Martins pode ficar ser os serviços do Banestado. A agência do banco naquela cidade poderá fechar suas portas por falta de segurança. Só este ano aquela agência foi assaltada duas vezes.

Os assaltos são facilitados por falta de porta de segurança, sem contar que o efetivo policial da cidade também é insuficiente.

O Seeb Guarapuavajá manteve audiência na Câmara Municipal e enviou ofícios a diversos órgãos de segurança e para a prefeitura de Inácio Martins, pedindo providências e estará colhendo assinaturas em manifestos para contra o fechamento da agência, que se concretizado trará prejuízos à população local.

POESIA

Para alguns, é a arte de escrever em versos. Para outros é o que há de elevado ou comovente nas pessoas ou nas coisas. O PACTU publicou, na edição de fevereiro/2000 a poesia "O Aviso da Lua que Mens-trua", da poetisa capixaba Elisa Lucinda, numa homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Muitos e-mails têm chegado à redação, com pedidos para publicação de novas poesias. Para os apreciadores publicamos mais uma: "Variante de Tancana", de autoria de Antônio Peixoto de Lima, vigilante do Banco do Brasil em Juranda.

VARIANTE DE TANCANA

Meu lar está deserto...
É a causa de repensar
Fala-me o teu silêncio,
Ouço no silêncio, solidão!...
A roseira não mais floresceu,
Outrora, por toda parte floria...
Uma noite ela dormia,
Solto o cabelo, um cheiro a flor
E ela entre beijos - Ó flor tu és.
Ela murmurou-me "Adeus".
Foi a última vez que a vi "Tancana".
Já me foge a razão da noite rajada
O sono some...é grito...
Venha! Formosa mulher,
Nos teus lábios em fogo,
Há tanta delícia em vida...
Não podemos decretar o término
Da antiga relação de ansio amoroso.
Volte...Tancana, flor da minha vida.

Antônio Peixoto de Lima

Deputados do PACTUINGÁ votam contra os trabalhadores

Mais uma vez o Congresso Nacional se curvou aos interesses do governo FHC e aprovou o salário mínimo de R\$ 151,00. Os partidos da oposição fizeram o possível para elevar o valor à R\$ 177,00 mas, como sempre, foram atropelados pela ala governista. O PFL era um dos partidos que defendia o aumento do salário mínimo para 100 dólares mas, assim como ou outros que dão sustentação política a FHC, recuou assim que o presidente ameaçou cortar seus privilégios caso votassem contra a proposta do governo. Entre os que votaram com FHC está a maioria dos deputados federais eleitos pelo Paraná, entre eles os que atuam na base do PACTUINGÁ. Ao votar no mínimo de R\$ 151,00, repetiram o que fizeram na votação das mudanças na Previdência, se colocando publicamente contra os interesses dos trabalhadores

Mais uma vez, o posicionamento daqueles parlamentares paranaenses que votaram com FHC, contraria o seu discurso. Em campanha eleitoral, prometeram defender os interesses dos trabalhadores mas, na prática estão preocupados apenas com interesses particulares e privilégios dos partidos que representam.

Confira a seguir como a bancada paranaense votou:

A FAVOR DE FHC

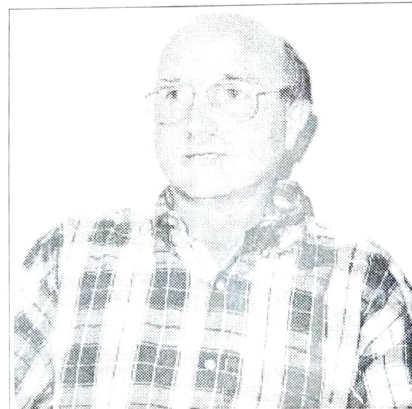
Aberlardo Lupion (PFL)
Airton Reveda (PSDB)
Alex Canziani (PSBD)
Chico da Princesa (PSDB)
* **Dilceu Sperafico (PPB)**
Iris Simões (PTB)
José Borba (PMDB)
* **José Carlos Martinez (PTB)**
José Janene (PPB)
Luciano Pizzatto (PFL)
* **Moacir Micheletto (PMDB)**
Nelson Meurer (PPB)
* **Odílio Balbinotti (PSDB)**
Pastor Oliveira (PPB)
* **Osmar Serraglio (PMDB)**
Rafael Greca (PFL)
* **Ricardo Barros (PPB)**
Santos Filho (PFL)
* **Werner Vanderer (PFL)**

CONTRA FHC

Afonso Camargo (PFL)
Doutor Rosinha (PT)
Flávio Arns (PSDB)
Gustavo Fruet (PMDB)
Luiz Carlos Haully (PSDB)
Márcio Matos (PT)
Max Rosenmann (PSDB)
Padre Roque (PT)
Renato Silva (PSDB)
* **Rubens Bueno (PPS)**

* Deputados com atuação na base do PACTUINGÁ

■ **Marque bem o nome dos deputados que votaram com FHC, espalhe para os colegas de trabalho, amigos e familiares. E lembre a eles que este ano teremos eleições municipais, em 2002 eleições gerais e que esses deputados voltarão para pedir votos. Será o momento oportuno para dar o troco.**



Osmar Serraglio (PMDB) foi um dos que votaram com FHC

Não seria melhor uma universidade pública?



Luiz Adilson, funcionário da CEF, disse que quem faz a seleção dos candidatos é o MEC

Uma das promessas que o deputado federal Osmar Serraglio (PMDB) fez, durante sua campanha, era lutar pela criação de uma universidade pública em Umuarama, para atender a um grande número de estudantes que não têm condições de bancar um curso superior em universidade privada. Na prática, o parlamentar tem se preocupado apenas em aumentar o número de créditos educativos (que agora é chamado de FIES),

um programa que acaba sendo um excelente negócio para instituições de ensino superior privado. Segundo matéria divulgada na imprensa local, no dia 3 de maio, Serraglio conseguiu junto ao Ministério da Educação mais 800 créditos educativos para a região, somando-se a outros 1.200 que já existiam. Pelas regras adotadas pela Caixa Econômica Federal e Ministério da Educação, isso representa uma expressiva quantia, líquida e certa, entrando no caixa de universidades privadas onde esses alunos estão matriculados. Para o estudante, o benefício não é tão vantajoso assim. Segundo informou ao PACTU o assistente de operações da CEF em Umuarama, Luiz Adilson, o programa paga só 70% do valor da mensalidade. Os outros 30% são pagos pelo aluno. Além disso, os juros de 9% ao ano são pagos a cada três meses, no limite máximo de 50 reais. Durante um ano após o final do curso, o estudante continua pagando valor equivalente aos mesmos 30% da mensalidade

e os juros. No final desse período é feito a soma do saldo devedor, que é pago parcelado com mais juros de 9% ao ano. Isso se o candidato conseguir aprovação no programa, que exige do pretendente a apresentação de um fiador já no ato da inscrição, que é feita na própria universidade. No release da assessoria do deputado, o crédito educativo é apresentado como "a única forma viável" para atender estudantes carentes. É válido perguntar se Serraglio já se esqueceu que prometeu brigar pela universidade pública em Umuarama. Na matéria, Serraglio deixa bem claro que os créditos educativos conseguidos atenderão alunos matriculados em instituições particulares de ensino em Umuarama, Guaíra, Cianorte, Toledo e Paranavaí. Coincidentemente, são exatamente nestas cidades onde estão instalados e funcionando os campus da Unipar. Será que essa coincidência não confirmaria o boato de que esse deputado estaria a serviço de instituições de ensino privado?

O MST tem que fazer protesto político sim

É desumano espancar banqueiros

Nem nesses roubos praticados por banqueiros seria caso para polícia correr atrás dando tiros com balas de borracha, ou de chumbo, atirar cachorros, obrigar a deitar de rosto no chão, por que são humanos, apesar de terem cometidos crimes. Teriam sim, se a lei valesse para eles, que ir preso e devolver o dinheiro que roubaram. Esses banqueiros, com ajuda de FHC são desumanos, pois os 25 bilhões de reais que roubaram, poderiam ser investidos na reforma agrária, na saúde ou educação pública. Muito menos espancar e até matar as minorias pobres do Brasil, como os índios, os negros, os sem-teto e sem-terra, ou qualquer classe que proteste contra a política econômica do governo e exigir vida digna. Como fizeram os governadores da Bahia e do Paraná, nos dias 1 e 2 de maio. É sempre bom lembrar que essas minorias pobres têm causa no passado econômico do Brasil. Os índios, cativados e escravizados por religiões e monarquias européias desde o descobrimento. Os negros libertados da escravidão, não tiveram a oportunidade de produzir na terra em regime de parceria. Essas mesmas terras foram dadas para os imigrantes europeus de raça branca produzirem em regime de parceria. E desde então os negros vêm trabalhando quase em troca de comida. São raros os que tiveram ascensão social.

O protesto silencioso de banqueiros e usineiros

Os ruralistas ainda chegam a empunhar bandeiras, fazer carreatas de norte a sul, ocupam Brasília com seus implementos e utilitários agrícolas. Já os usineiros e banqueiros também ocupam Brasília, mas através dos e-mails e telefones, lembrando a necessidade de fazer ou votar projetos que lhes beneficiem economicamente. Podem lembrar também, como pressão, que as próximas eleições já estão aí.

Banqueiros estão certos

É claro que os ruralistas, os usineiros, os banqueiros estão certos em se organizarem e exigirem melhores condições para ficarem ainda mais ricos. Errados estão os pobres trabalhadores, que ainda não perceberam que a melhora na sua condição de vida, vai muito além de trabalhar estudar e pedir a Deus. É preciso, participar da política sim, quer através de sindicato, de uma associação de moradores e principalmente por meio de um partido político que defenda, pelo menos, a igualdade de oportunidades na distribuição de renda, na educação e no financiamento da produção. Se não, vai ficar o resto da vida votando nos Fernandes Collor e Henrique Cardoso que os ruralistas, os usineiros e os banqueiros querem eleger.

A mídia é contra qualquer protesto

Não esperem ouvir das televisões brasileiras defesa da reforma agrária, que é o principal objetivo do MST. Como também não falaram bem do protesto dos caminhoneiros. Não falar mal dos professores, bancários servidores e quaisquer trabalhadores que protestem politicamente. Com raras exceções, os donos das concessões de televisão no Brasil, e também de rádio, quando não são grandes pecuaristas, estão a serviço destes. As retransmissoras do SBT no Paraná são de Paulo Pimentel, grande pecuarista e ex-interventor do Paraná pelo regime militar. A rede Tarobá, que transmite programações da Bandeirantes é da rede Mufatão de supermercados. A rede CNT é do pecuarista José Carlos Martinez, aquele amigo do Collor de Mello. Sem falar num dos maiores cabos eleitorais na eleição do presidente da República há anos, a poderosa Rede Globo de Televisão, que no Paraná é comandada pelo empresário Francisco Cunha Pereira Filho, dono da TV Paranaense e do jornal Gazeta do Povo que, junto com SBT e Bandeirantes, são apoiadores da política repressiva de Lerner.

O Pactuingá apóia

Por tudo isso, os diretores dos sindicatos do Pactu, protestam contra a repressão dos movimentos populares no Paraná, coordenada pelo governador Jaime Lerner, e declara apoio aos trabalhadores do MST e aos professores da rede pública do Paraná. Também vêm como justa a luta dos caminhoneiros e pequenos agricultores de todo Brasil, que se mobilizaram e mostraram ao governo federal suas reivindicações e seus descontentamentos com a atual política econômica.

A bancada ruralista do Congresso é composta por aproximadamente 150 deputados federais de vários partidos que, quando lhe interessa, obriga o governo FHC a atender suas reivindicações. No final do ano passado protestaram politicamente e obrigaram FHC a rever, mais uma vez, os juros de suas dívidas junto ao Banco do Brasil. Segundo a imprensa, alguns desses fazendeiros são contumazes caloteiros de dívida agrícola. Está aí um dos motivos dos efetivos prejuízos do Banco do Brasil. Os chamados empréstimos políticos.

Os usineiros do nordeste têm, há anos, subsídios para produzir álcool. E toda vez que governo tenta cortá-los, eles protestam politicamente através da bancada de parlamentares nordestina e fazem valer as suas reivindicações. Isso em detrimento dos usineiros honestos do sul. Se é que existe usineiro honesto, porque mesmo no sul, eles pagam mal os cortadores de cana e não recolhem os encargos sociais como INSS, FGTS, e outros. A Perobalcool, de Perobal-Pr., já teve a interferência da Pastoral do Migrante, de Londrina, e da Cut-Pr., por submeter os trabalhadores à semi-escravidão.

Os banqueiros protestam através dos parlamentares, que cuja eleição foi financiada por eles. No caso de FHC a reeleição. Como contra partida conseguem pagar menos impostos do que qualquer outra pequena mercearia da região do Pactu. E é bom lembrar que os banqueiros estão direto nos noticiários, por falências fraudulentas como a do Banco Econômico, onde se viu a famosa cena do senador Antônio Carlos Magalhães entrando no Palácio do Alvorada de dedo em riste, obrigando FHC a socorrer os ladrões da família Calmon de Sá. Ou o Banco Nacional, dos Magalhães Pinto, que criou várias contas fantasmas levando mais de 5 bilhões de dinheiro público para cobrir o roubo. O mais recente, o Banco FonteCindan, do famoso Salvatore Cacciola, levou quase 2 bilhões de reais, envolvendo diretores do Banco Central. Ou seja, nos últimos 5 anos foram mais de 25 bilhões de dinheiro público que FHC, através do Proer, usou para salvar banqueiros criminosos.

Por que a reforma agrária é viável?

Enquanto o governo e a grande imprensa, a serviço do poder econômico, faz de tudo para desmoralizar e incriminar a luta do MST, os trabalhadores sem-terra mostram através da resistência e do trabalho porque é necessário fazer a reforma agrária como caminho para retomar o crescimento econômico do país e, ao mesmo tempo, solucionar grandes problemas sociais, como o desemprego e a fome. Um exemplo da justa reivindicação do movimento é o acampamento localizado no distrito de São Luiz, em Mariluz. Os 5.598 hectares improdutivos da Fazenda São João foram ocupados por 230 famílias sem-terra que, em dois anos de ocupação e utilizando apenas uma parte mínima da área, conseguiram dobrar o índice de produção de arroz, milho, feijão e outros produtos. Em 1999, os acampados produziram 700 sacas de arroz e cerca de 200 mil sacas de milho, sem contar outros alimentos como feijão e mandioca.

Já em 2000, a produção cresceu mais de 100%. Só de arroz foram colhidas recentemente 2.500 sacas e o milho, que está sendo colhido, vai superar 7 mil sacas. O algodão também está pronto para a colheita. Isso em apenas 300 alqueires da propriedade. Os mais de 2 mil alqueires da fazenda já foram desapropriados pelo Incri e as 230 famílias só aguardam a emissão do título de posse das terras. A fazenda já está inclusive dividida em lotes de 7 a 8 alqueires cada um. Assim que cada família tomar posse da sua área, a produção de alimentos será muitas vezes maior. Vale lembrar ainda que toda a produção daquele acampamento foi conseguida através do esforço pessoal dos trabalhadores. Ou seja, não teve um centavo do governo. O líder do acampamento, João Kenor, disse que se a fazenda não tivesse sido ocupada, estaria até hoje abandonada e as 230 famílias que hoje lá trabalham, estariam



A produção de milho no acampamento foi tanta que exigiu aluguel de maquinário para facilitar e agilizar a colheita

provavelmente passando fome nas favelas das cidades da região. Sem contar que o acampamento acabou beneficiando diretamente o comércio de Mariluz, que passou a vender mais. E quando o comércio vai bem, a cidade também se desenvolve economicamente. Por isso, segundo Kenor, os sem-terra têm o apoio da população de Mariluz. Esse é

apenas um exemplo que mostra a importância da reforma agrária reivindicada pelo MST. Se o governo tivesse a coragem de enfrentar os latifundiários, redistribuir as terras improdutivas em todo o país e apoiar financeiramente os futuros assentados (como faz com os banqueiros falidos), a situação econômica e social do país hoje seria bem diferente.